

## **Mediatização da violência: os labirintos da construção do consenso<sup>•</sup>** **(Mediatization of Violence: the labirynths in the construction of consense)**

Silene de Moraes Freire \*  
Andreia de Souza de Carvalho\*\*

**Resumo** – O presente artigo apresenta algumas reflexões preliminares sobre a análise do discurso da mídia, em especial da imprensa escrita, ao tratar o fenômeno da violência como uma guerra, procurando identificar nessas falas a produção de modos hegemônicos de ser e de existir no mundo. Partimos da premissa que na atualidade não é possível entender a produção de sentidos e significados, que reproduzem os esquemas de dominação, sem compreender a mediação dos meios de comunicação na interpretação da realidade contemporânea.

**Palavras-chave** – Violência. Mídia. Produção do consenso.

**Abstract** – The present article presents some preliminary reflections on the analysis of the speech of the media, in special of the written press, when dealing with the phenomenon the violence as a war, looking for to identify in these you say the production in hegemonic ways of being and existing in the world. We leave of the principle that in the present time are not possible to understand the production of sensible and meanings, that they reproduce the domination projects, without understanding the mediation of the medias in the interpretation of the reality contemporary.

**Key words** – Violence. Media. Production of the consensus.

A guerra não é mais o que era. O Direito não é sempre o que deveria ser. Um progride na força da destruição, enquanto outro persiste na fraqueza das proteções (Marie Françoise Furet).

O presente artigo apresenta algumas reflexões preliminares sobre a análise do discurso da mídia, em especial da imprensa escrita, ao tratar o fenômeno da violência como uma guerra, procurando identificar nessas falas o que Cecília Coimbra (2001) definiu como a produção de modos hegemônicos de ser e de existir no mundo. Partimos da premissa que na atualidade não é possível entender a produção de sentidos e significados, que reproduzem os

---

• Artigo recebido em 31.03.2008. Aprovado em 03.07.2008.

\* Professora adjunta do Departamento de Política Social da FSS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ – Rio de Janeiro/RJ - Brasil, mestre em Serviço Social pelo PPG da ESS da UFRJ, doutora em Sociologia pelo PPG, da FFLCH da USP, coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Procientista da UERJ e pesquisadora do CNPq. E-mail: proealc@gmail.com, silenefreire@gmail.com.

\*\* Membro do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) do Centro de Ciências Sociais da UERJ – Rio de Janeiro/RJ – Brasil, Bacharel e licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em História Política pela UERJ, Doutoranda em Serviço Social pela UERJ, e-mail: andreia.proealc@gmail.com.

esquemas de dominação, sem compreender a mediação dos meios de comunicação na interpretação da realidade falando “pelos” e “para” os indivíduos (GUATTARI; ROLNIK, 1985).

O estudo aqui contido é parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no Projeto Direitos Humanos na América Latina Contemporânea<sup>1</sup>, no Programa de Estudos de América Latina e Caribe da UERJ, e tais análises resultam do acompanhamento diário de notícias relacionadas à “violência urbana” no Estado do Rio de Janeiro, desde 2007. O principal pressuposto teórico desse trabalho é que os fatos ocorridos na realidade social não podem ser tratados como fenômenos isolados, passíveis de serem classificados de bons ou maus. Para nós os eventos são partes de um processo social dinâmico, construído e definido socialmente no meio material e cultural em que estão inseridos.

O objetivo desse texto foi realizar um questionamento do papel social dos jornais e revistas enquanto formadores de opinião, partindo do princípio de que o discurso midiático não é imparcial. Ao contrário, faz parte de uma lógica que constrói o que Marilena Chauí (2006) define como “simulacro do poder”, ou seja, os detentores do conhecimento ou de seus meios de produção e divulgação, através da mídia, ao divulgarem seus códigos ideológicos privados de compreensão do mundo, como se os mesmos fossem gerais, criam simulacros (realidades ilusórias), ao mesmo tempo em que oferecem informações sobre o “mundo real” como uma mercadoria.

Marcondes Filho (1989), ao tratar da imprensa escrita, nos elucida que a notícia é uma informação transformada em mercadoria e para que a mesma se torne “vendável” é necessário que sua apresentação receba requintes sensacionalistas e emocionais, além de uma padronização simplificadora que adapta seus discursos às normas mercadológicas, negando possíveis subjetividades nos fatos. Na qualidade de mercadoria socialmente produzida o discurso, contido nos jornais e revistas, age também na própria criação das necessidades de informação e definição dos temas relevantes, construindo o consumidor-leitor, nos termos já descritos por Marx (1989), ou seja, a produção fornece a matéria/objeto do consumo, ao mesmo tempo em que, cria e produz o próprio consumidor. Portanto, entendemos que as repetidas falas da mídia sobre a cobertura do fenômeno da violência, em detrimento de outros fatos sociais, não é uma escolha alheatória, ao contrário induz o próprio interesse do leitor pelo assunto, e o estimula a consumir seu conteúdo, que se torna um produto lucrativo.

---

<sup>1</sup> Sob a coordenação geral da Profa. Dra. Silene de Moraes Freire.

A transformação da informação/fato em mercadoria/notícia evidencia seu importante papel na sociedade, não só como geradora de capital, mas também como detentora de poder simbólico, definido por Bourdieu (1989) como sendo a utilização dos símbolos para o estabelecimento da integração e reprodução da ordem social através do consenso. O mesmo autor afirma que a luta de classes ocorre também no microcosmo da produção cultural, portanto, os jornais e revistas encontram-se envolvidos em uma luta simbólica pela definição do mundo social, conforme os interesses das diferentes classes e frações de classes. Essa “luta” pelo poder é conduzida diretamente ao cotidiano dos leitores, através de procuração dada aos especialistas em produção simbólica, tais como: editores e jornalistas. “Além do mais, ela é um meio eficaz<sup>2</sup> de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político” (Idem, 1989, p. 13).

Para atingir nossos objetivos, temos adotado como metodologia a análise qualitativa dos discursos publicados por jornais da mídia impressa ou virtual referentes ao fenômeno da violência. Verificamos que repetidamente os mesmos estão permeados de denúncias-notícias, que por sua vez engendram falas inflamadas em defesa do endurecimento das penas e de possíveis soluções para violência.<sup>3</sup> Procuramos descortinar também o porquê estas falas resultarem em “campanhas” midiáticas em torno de temas como maioria penal e pena capital, principalmente nos casos em que estão relacionadas a pessoas pobres, negros ou pessoas territorialmente identificadas com a pobreza. Em contrapartida, crimes cometidos por pessoas de faixa etária semelhante, em especial adolescentes e jovens, mas oriundos da classe média ou alta, são tratados como uma anomalia isolada.

Apesar da violência não ser um fenômeno novo, não a compreendemos como um fator inato ao homem ou de caráter individual, mas, contrariamente, trata-se de um fenômeno social, diferenciado do ponto de vista histórico e cultural, e de difícil compreensão. Tida como um tema com diversas possibilidades de abordagens ou como uma marca cada vez mais perigosa nas práticas sociais, ela tem desafiado todos os que tentam enfrentá-la. O tema não exige que o ponto de vista seja o mais abrangente, translúcido ou verdadeiro. Apenas que revele miopias, pequenos erros, infortúnios, zonas cinzas da sua genealogia, que atualmente resultam na busca desesperada por sua pacificação ainda que de forma artificial, sem o enfrentamento das contradições que o geram.

---

<sup>2</sup> Grifo nosso.

<sup>3</sup> Tal afirmação pode ser constatada nas sessões de cartas dos leitores em quase todos os periódicos pesquisados.

Desde o início da década atual, pesquisas já apontavam à segurança pública como uma preocupação constante da população das grandes metrópoles brasileiras (Coimbra, 2001).<sup>4</sup> Podemos constatar a importância de tal questão nos amplos espaços que o tema passou a ter nos noticiários televisivos e nas primeiras páginas dos principais jornais do país. Há algumas décadas, apenas jornais e programas populares davam maior destaque para esse tipo de matéria, a não ser em casos muito emblemáticos. As campanhas eleitorais cada vez mais se preocupam em apresentar propostas de solução para tais questões. Podemos compreender, a partir dessas informações, como a questão da segurança pública ampliou sua dimensão nos dias atuais, reeditando o “mito das classes perigosas” através do resgate da tônica do processo inicial da industrialização capitalista: a visão das classes populares não como caso de política, mas de polícia (Idem, 2001).

A partir da década de 90, por força da própria expansão capitalista sob características neoliberais (TAVARES, 2001), a questão da violência urbana foi novamente revisitada. Cabe aqui registrar que esta vinculação estreita entre imprensa burguesa, repressão e sistema penal não é algo novo. Menezes (1996) ao pesquisar os processos de expulsão de militantes anarquistas, já demonstra como a imprensa fazia referência aos “indesejáveis” – anarquistas, comunistas, vadios, mendigos, prostitutas, jogadores e ladrões, etc. Sugerindo suas extradições ou prisões. Segundo sua análise, esses discursos resultaram de um processo amplo relacionados ao capitalismo e a modernização liberal, da então Capital Federal. Parafraseando Marx,<sup>5</sup> podemos entender tal “repetição” histórica como farsa, pois, primeiramente tal vínculo entre periculosidade e pobreza derivou do combate à luta pela ampliação dos direitos sociais, e atualmente ocorre exatamente pelas conseqüências ocasionadas pelo processo, ainda em andamento, da supressão dos mesmos. Esta “reedição” reacionária também se explica na atualidade pela modificação estrutural do capitalismo, ou hegemonia do capital financeiro, que por não se consubstanciar na produção de bens é *fetice* por excelência, na medida em que oculta o aprofundamento inigualável que produz em termos de desigualdade social (IAMAMOTO, 2007).

Como observou Coimbra (2001), no início do século, era por meio de razões raciais, eugênicas e higienistas que se tentava entender a violência e a criminalidade. Posteriormente, nos anos 40 e 50, passou-se a explicá-la por questões relativas a determinados meios ambientes – pobres e sem estímulos; e, mais recentemente, nas décadas de 60 e 70, pela

<sup>4</sup> Recentemente “Pesquisa DataFolha revela que a violência é hoje o maior problema do país na opinião de 31% dos brasileiros” (*Folha de São Paulo*, 25 mar. 2007).

<sup>5</sup> “A História se repete como farsa”. Ver: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*. Escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852. In: [www.culturabrasil.org/18brumario.htm](http://www.culturabrasil.org/18brumario.htm).

“desestruturação familiar”. Embora essas razões coexistissem, ao longo de todas as etapas, o destaque de umas sobre as outras dependem das práticas emergentes em determinados momentos. Portanto, entendemos que se faz necessário desconstruir as interpretações lineares que dominam o debate sobre violência nos dias de hoje.

A busca de uma resposta apaziguadora tem levado muitos intelectuais a construir elaborações teóricas que problematizem a questão. Enveredando pelos caminhos da crítica marxista, Marilena Chauí (1985), por exemplo, tem defendido que o tema seja abordado respeitando não apenas suas múltiplas expressões, como também reconhecendo que ele se insere numa totalidade histórica. Neste sentido, concordamos com seu entendimento, quando a autora conceitua a violência de forma multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um agente social; todo o ato de força contra um agente social; todo o ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de transgressão contra aquilo que uma sociedade define como justo e como um direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais marcadas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. Sob esta perspectiva, a violência é valorativamente um fator negativo. Partindo de tais afirmações, entendemos que tamanha complexidade revela que a violência é um fenômeno dinâmico que pode ser definido e vivenciado de diferentes modos, principalmente quando relacionada à classe social dos envolvidos. Segundo Chauí (2006, p. 104):

Em uma sociedade como a brasileira, podemos falar em uma *divisão social do medo*, isto é, as diferentes classes sociais têm medos diferentes. A classe dirigente teme perder o poder e seus privilégios; a classe dominante teme perder riquezas, [...]; a classe trabalhadora teme o desemprego, a morte cotidiana a violência patronal e policial, a queda vertiginosa na marginalidade, na miséria absoluta, [...], os medos dos que estão no baixo político, econômico e social são de *queda na desumanização*, medos de perder a condição humana e por isso medos que dizem respeito aos seus *direitos*. As classes populares não chegam a falar em nome dos direitos, falam em nome de algo que é pressuposto pelos direitos e que por estes deve ser concretizado; falam em nome da *justiça*.

O impacto difusor na vida social e política do medo não é recente, remete diretamente a sua construção histórica cultural. Segundo Vera Malaguti Batista (2003) o medo coletivo – de tumultos populares, atividades criminosas alimentadas pela pobreza, insurreição de escravos, e o seu correlato repugnante, a “africanização” da nação nascente, desempenhou um papel central na formação da sociedade urbana do Brasil após a independência. Como observou Lóic Wacquant (2003,p.10) no prefácio do livro de Malaguti Batista (idem), “ao

desentranhar as raízes do medo e revelar seus mecanismos reguladores no século XIX, a autora nos permite entender tanto a atração como as limitações dos discursos do medo que cobrem com um manto fúnebre a metrópole brasileira no alvorecer do século XXI”. Em suma, a divisão social do medo faz parte da história da sociedade brasileira, sendo aprofundada na atualidade.

Os limites de compreensão presentes no tema nos levam a observar que, não por acaso, as ciências sociais ensinam que nenhum discurso é capaz de abranger a totalidade de um problema apesar da existência de discursos que reivindicam tal realização. Assim posto, as falas que uma sociedade constrói para problematizar um fenômeno social qualquer é sempre insuficiente para nos fornecer a inteligibilidade mais ampla do mesmo. Isto quer dizer que devemos enfatizar o próprio discurso sobre a violência como algo a ser analisado. O fenômeno da violência não pode ser interpretado sem que levemos em conta que tudo aquilo já definido por nós como violência na sociedade também é uma interpretação social. As imagens e os discursos sociais mais difundidos sobre a violência não revelam o que os fatos são, mas nos indicam algumas possibilidades de interpretação próprias de determinados grupamentos sociais dominantes sobre eles, que ao escrever sobre o tema disputam o “capital simbólico” que se transforma em mais poder social, de modo a tornar “verdadeiro” ou socialmente hegemônico o que dizem.

Nossa inquietação frente a essa questão aumenta quando constatamos que a violência no Brasil vem atingindo níveis inéditos de ampliação e, conseqüentemente, de dramatização/interpretação do assunto, antes restrito às páginas policiais de alguns jornais. Esse extravasamento do tema não pode desconsiderar o papel da mídia na construção das percepções dominantes sobre a violência, que hoje estão sendo forjadas/disseminadas em nosso cotidiano. A mídia é atualmente um dos mais importantes instrumentos sociais, no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo. Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir. Eles nos impõem certas questões e nos fazem crer que estes é que são os problemas importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Este instrumento forja determinadas formas de existência que não apenas possuem papel efetivo no incremento da violência, como também representam uma das expressões da mesma.

Todo e qualquer acontecimento que hoje não se faça presente nos *mass media* não existiu, não aconteceu. Não é apenas relegado ao esquecimento, passa a não existir. A forma como a mídia produz realidades, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam o tema da violência, quando os pobres estão sendo marcados e

identificados, por esses mesmos meios de comunicação, como os “suspeitos”, os “infames”, e sua territorialidade sendo considerada como “locais perigosos”. Cecília Coimbra (2001), ao estudar a intervenção do Exército no Rio de Janeiro, entre janeiro de 1994 e maio de 1995, demonstra que foi neste período que começou a construção e disseminação da idéia de que a ocupação repressora de locais considerados perigosos conteria a expansão da violência. O que ocorre na prática é o cerceamento da população pobre que mora nesses locais. As matérias que acompanham esse tipo de incursão apresentam fotos nas primeiras páginas dos respectivos periódicos, acrescidas de comentários apoiando a operação de guerra no local.

A utilização do termo guerra, nos discursos da imprensa, para definir incursões nas favelas a título de combate ao tráfico de drogas, também é um ponto fundamental para problematização. Hobsbawn definiu a categoria teórica Guerra Total como uma característica do século XX que, a partir de 1914, notabilizou uma expansão sem precedentes das “baixas” de civis, para além do campo de batalha, com algo aceitável para a possibilidade de vitória definitiva do inimigo. As populações civis da Europa foram sistematicamente vitimadas em virtude de operações militares, sem falar no desencadeamento de massacres por motivos estratégicos, ideológicos ou raciais,<sup>6</sup> numa revisitação sem limites do pensamento de Maquiavel<sup>7</sup>.

Diferindo da maioria das guerras não-revolucionárias do passado, anteriores à consolidação do capitalismo, que foram tipicamente travadas por objetivos específicos e limitados, a Guerra Total prossegue até a exaustão completa do adversário, disputando metas e mercados ilimitados, visto que na Era do Impérios (HOBSBAWN, 1988) a política e economia já haviam se fundido e se modelavam no próprio crescimento da competição capitalista. O mesmo autor nos elucida que para a aplicação de tamanha desumanização a guerra tinha que ser travada também mediante a mobilização da opinião pública, enfatizando valores nacionais, ou ideológicos, que encontravam e criavam terreno fértil nos corações e mentes, sendo mais uma vez os meios de comunicação parceiros privilegiados desse convencimento.

Já segundo Frédéric Gros (2008), o conceito contemporâneo de guerra difere do formato das guerras difundido anteriormente. Para o autor, existia ideologicamente a idéia de uma “guerra justa”, que em tempos idos, pressupunha a compreensão de alguns códigos

---

<sup>6</sup> Citamos como exemplos emblemáticos de tal afirmação: o lançamento da bomba atômica no Japão, o holocausto, a perseguição stalinista, o lançamento de armas químicas, entre tantas outras atrocidades vivenciadas a partir da Primeira Guerra Mundial.

<sup>7</sup> Nota sobre a frase, “O fim justifica os meios”, de Maquiavel, escrita na obra *O príncipe*, em 1513. A esse respeito consultar: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.

socialmente difundidos entre adversários iguais (armados), ainda que esses códigos fossem desrespeitados, tal atitude seria considerada inadequada, visto que tal formato beligerante era organizado em torno de certas regras, como por exemplo: a declaração de guerra, o respeito às tréguas e aos mensageiros, o bom tratamento dos prisioneiros, entre outras. Já atualmente a guerra é entendida como uma disputa entre desiguais, aceitando freqüentemente a destruição de alvos desarmados, como os ataques terroristas, as intervenções ultra tecnológicas e a violência unilateral, sob uma nova lógica que pressupõe o princípio da midiatização e da construção de imagens que definem e *autorizam*<sup>8</sup> o sentido das novas violências.

A apresentação de incursões violentas no microcosmo das favelas cariocas como uma guerra, seguindo a lógica da Guerra Total e suas particularidades contemporâneas, induz ao entendimento que as possíveis baixas de “civis” possam ser apresentadas como resultado aceitável de uma situação de exceção. Tal fato é agravado pelo grande quantidade de manchetes de primeira página que utilizam freqüentemente o termo e disseminam a idéia pelas bancas de jornais, ainda quando o texto na íntegra não seja lido. Assim sendo, a sensibilidade dos leitores vem sendo sistematicamente “anestesiada”, mesmo quando são notificadas mortes de crianças em decorrência de incursões policiais. O formato de apresentação dos discursos que tratam das vítimas inocentes de conflitos nestes locais, também induz a este resultado. Como exemplo paradigmático, apresentamos uma das notícias que ao tratar das mortes resultantes de incursões policiais, diluem as atrocidades resultantes na excepcionalidade de tal situação de guerra, em nome de possíveis avanços contra o inimigo:

**Guerra no Rio faz mais vítimas inocentes: agora no Alemão**

Rio – um mês depois de uma menina ser morta, em uma operação policial no morro dos macacos, em Vila Isabel [...] a guerra no Rio faz novas vítimas inocentes. Confronto entre traficantes e policiais no Complexo do Alemão [...] deixou pelo menos um policial ferido, nove pessoas feridas por balas perdidas. Entre as vítimas estava uma professora.<sup>9</sup> [...] Durante a operação foi estourado um paiol do tráfico com armamento pesado e cerca de 15 mil balas. Assim como no Morro dos Macacos, os policiais entraram na favela em horário de movimento, com os moradores indo para o trabalho e crianças para escola.

O delegado Alan Turnowski, que comandou toda a operação, comemorou o resultado da incursão, mas lamentou as vítimas de balas perdidas: – Infelizmente o poderio dos traficantes era pesado, mas a polícia não pode deixar de atuar. Num complexo onde 95% das pessoas são honestas, infelizmente isso pode acontecer.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Grifo nosso.

<sup>9</sup> Vale mencionar o destaque dado a professora, sem a apresentação individual das outras vítimas, visto que por sua profissão “estava” na favela e não era parte dela, como seus moradores mortos.

<sup>10</sup> Globo *on-line* e no jornal *O Globo*, publicado em 6 de março de 2007.  
In: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/03/06/294811166.asp>.



Atualmente, podemos acompanhar em detalhes, pela mídia impressa e televisiva nacional, os discursos que tratam das incursões em comunidades pobres. Termos como “ação”, “força”, “inteligência”, “meliante” são ilustrados por registros em vídeo e fotos de operações da polícia nos morros do Rio de Janeiro e em outras comunidades carentes do Brasil. Para Coimbra (2001), a mídia seria o instrumento necessário para “preparar” o espírito da população para esse tipo de operação violenta. Aos poucos, a imprensa procura formar uma opinião favorável a uma intervenção policial e militar de grandes proporções em áreas pobres. Tal construção dos noticiários nos telejornais, segundo Chauí (2006:48), seguem a seguinte lógica: selecionam-se notícias e enfoques que não desagradam os patrocinadores<sup>11</sup> ou os poderes estabelecidos; utilizam-se de textos sensacionalistas ou mais rebuscados, de acordo com o público alvo e horário de transmissão; apresentam notícias sobre a violência ou sobre a atuação de agentes sociais reivindicatórios sempre em contraposição ao discurso da ordem apaziguadora representada pela ação estatal repressiva; relatam sobre a violência primeiramente nas notícias locais, depois regionais e por fim as internacionais, simbolicamente indicando nas entrelinhas uma escalada sistemática da violência que precisa ser aniquilada no seu formato mais próximo ao cotidiano do público alvo; e por fim, dão ênfase a guerras e cataclismos naturais, antes de concluírem novamente com opiniões sobre o eminente perigo local, indicando ou sugerindo a necessidade da intervenção do aparato repressor.

O compromisso da mídia, cujos órgãos informativos integram grandes grupos econômicos de telecomunicações, com os interesses do ajuste neoliberal é a chave para a compreensão desse vínculo. A segurança pública, hoje em dia, é um dos mais novos “filões” para as privatizações, cujo foco agora se encontra nos presídios. Além disso, em nome da garantia de proteção, vários grupos privados enriquecem proporcionando seguranças particulares e dispositivos de vigilância. Nestas condições, todo discurso que reforce a questão da violência urbana e proponha a maioria penal e/ou a pena capital são repetidamente veiculados, gerando na população uma tensão profunda entre a notícia dos crimes e o desejo de sentenças exemplares. Nilo Batista (2003), pesquisador que realiza estudos sobre mídia e violência, nos adverte do estreito vínculo entre a mídia e o sistema penal no capitalismo tardio.

Somado a essa questão, objetivamente existe uma grande desigualdade de poder entre a imprensa industrial burguesa e a imprensa de pequena circulação de partidos, movimentos

---

<sup>11</sup> O que reforça a idéia de associação entre interesses da mídia e do capital patrocinador de sua produção.

sociais e militantes pelos direitos humanos, o que dificulta ainda mais que os “dois lados da moeda” sejam apresentados em iguais condições. Tal fato agrava-se quando relacionado à vertiginosa concentração monopolista dos meios de comunicação. No plano internacional, poucas agências são responsáveis pela veiculação de imagens e narração dos fatos que serão distribuídos por todo o mundo, tal concentração dificulta a possibilidade de uma análise menos unilateral dos fatos, ponto em cheque a própria liberdade de expressão e pensamento da população tão defendida pelos setores da grande imprensa. No Brasil, já na década de 90, apenas nove famílias controlavam mais de 90% de toda a comunicação social do país. “Trata-se de jornais, revistas, rádios, redes de televisão, com mais de 90% de circulação, audiência e produção de informações... controlados pelo estamento dominante” (SODRÉ, 1992, p. 43).

Concordamos com a afirmação de Capelato (1988), de que em um país de estrutura partidária frágil como o Brasil, a imprensa desempenha um papel semelhante ao partido político. Nesse sentido, portanto entendemos que a imprensa é um local privilegiado para a análise da disputa pela hegemonia social, pois, cada vez mais intervém abertamente na orientação da opinião pública. Para a autora, o jornal não é um transmissor imparcial de acontecimentos. Sua análise pode nos apontar aspectos relacionados à complexidade da luta social, e os diferentes projetos políticos e sociais em embate, principalmente em torno da questão da violência.

Para garantir a “veracidade” de suas afirmações, o discurso jornalístico sempre vai além de um discurso meramente informativo ou de opinião. Pesquisas acadêmicas são apresentadas para conferir respaldo científico às questões propostas nos editoriais. Daí a importância dos especialistas, no sentido de uma articulação entre retórica-verdade-cientificidade das opiniões. Tal discurso é ilustrativo sobre o que Chauí (2006) chama de “peculiaridade da ideologia contemporânea”, que trata de forma impessoal os temas, associando-os ao discurso da racionalidade técnico-científica. Para a autora, as falas de especialistas são apresentadas pela mídia como verdade, pois são devidamente respaldados por um saber (científico, técnico, religioso, político, artístico) que institui a divisão entre os que “sabem” e os que não “sabem”. Ainda assim, verificamos nas notícias pesquisadas que a maioria das falas especializadas é selecionada por suas opiniões conservadoras ou são apresentadas de maneira descontextualizada para reforçar ainda mais a necessidade do aumento da repressão estatal.

A autora, no mesmo livro, nos adverte também sobre como a mídia, ao identificar socialmente a violência como obra do bandido, mantém a separação entre “nós, brasileiros de bem”, e “eles”, reforçando a idéia de que a violência se localiza em determinados grupos

sociais. Já as questões éticas, políticas e as desigualdades sociais relacionam-se com a violência de forma distinta, não são consideradas formas de violência, mas elementos que demonstram a fragilidade das instituições para o enfrentamento da mesma. Segundo Chauí, “a distinção entre os dois grupos [...] não é senão a nova maneira de repetir o modo como, no Brasil, evitamos discutir em profundidade o fenômeno da violência” (Idem, p. 117). Tal diferenciação no trato da notícia segue a lógica naturalizada pela ordem social vigente. O direito a vida é reivindicado e denunciado na mídia só para grupos pertencentes às classes mais privilegiadas, sobrando aos pobres o cerceamento ou o extermínio. Resumindo, ser morador de áreas pobres é um risco. Nessa lógica, as poucas vozes dissonantes tornam-se invisibilizadas e a imprensa configurasse cada vez mais como uma parceira poderosa do Estado Penal (WACQUANT, 2002).

Essa separação entre o “nós” e o “eles” é perceptível nos discursos da mídia acerca da questão da violência, sobretudo quando se trata de narrar crimes cometidos por jovens das classes média ou alta. Existe a tendência para uma leitura mais compreensiva das subjetividades e condições que levaram o jovem “bem nascido” ao crime. As suas condições financeiras e familiares e a sua formação educacional são exaustivamente apresentadas nos textos, o que deixa subtendido que tal situação é uma anomalia, algo externo à situação narrada, normalmente relacionada e creditada aos problemas psicológicos ou morais dos infratores, ou ainda como resultado da dependência química que vincula mais uma vez a violência à ação do comércio ilegal de drogas, ou seja, aos “outros”. Raras são as associações entre violência, consumo e expansão capitalista. Percebemos que a questão central não é não haver casos de violência entre esses jovens, visto que são os mesmos que participam de grupos chamados de *pit boys*,<sup>12</sup> ou integram os *skinheads*<sup>13</sup> mas sim o fato de que episódios que envolvem esses grupos não são veiculados com tanto destaque na mídia.

Recentemente, o espancamento e assalto da empregada doméstica Sirlei de Carvalho Pinto, no dia 25 de junho de 2007, por jovens moradores de condomínio de luxo na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, foi alvo de intensa exploração da imprensa. Observamos que em praticamente todas as notícias sobre o tema, os jovens eram citados individualmente por seus nomes e os pais tiveram espaço para apresentar suas “justificativas” para o comportamento dos filhos. A amenização na linguagem nestes casos contrasta com os termos utilizados nas reportagens que falam de crimes semelhantes cometidos por jovens pobres, comumente

---

<sup>12</sup> Jovens que praticam lutas marciais e agredem grupos rivais ou pessoas indefesas, por rivalidade ou para lhes retirar os pertences.

<sup>13</sup> Grupos neonazistas que praticam violência social, homofóbica ou racial.

tratados por termos genéricos como “menores” e “infratores”, em detrimento de um tratamento mais individualizado.

No Brasil, assim como em muitos outros países<sup>14</sup>, o aumento da violência estatal é o “remédio” usual sugerido para o controle dos problemas sociais engendrados pelo próprio neoliberalismo, que ao mesmo tempo em que ampliou os índices de desigualdades sociais e estimulou a importância do consumo como símbolo de *status* social, gerou o aumento da criminalidade e da miséria. Esse discurso generalizado possui elementos que servem de defesa do Estado Penal (WACQUANT, 2002) como caminho para a resolução da questão social no país, em detrimento de maiores investimentos na área social. O primeiro elemento diz respeito à vinculação implícita e recorrente da associação entre pobreza e criminalidade, destacando os números crescentes de uma “escalada” da violência e a falta de condições do poder público para controlar essa situação. O segundo pressupõe uma ampla mobilização social em torno do endurecimento do aparato policial-judicial, que é “atrapalhado” por um grupo minoritário de defensores dos “direitos dos bandidos” (BATISTA, 2003), e por último apresenta-se a visão de que os jovens de classe média que se envolvem com o crime vão a reboque desse processo de violência maior, devido a uma crise na família ou à dependência química. Tal relação também culpabiliza, por esse processo, a população de áreas consideradas perigosas, deixando subentendido aos pais o perigo representado, inclusive pela possibilidade de cooptação de seus filhos e filhas para a prática de atos criminosos. Todo esse discurso reforça a ideia de “periculosidade” e de “inversibilidade” da situação, caso não sejam adotadas medidas mais “drásticas”. As causas sociais da escalada da violência na maioria das vezes não são lembradas, quando muito se diluem na forma sensacionalista em que são relatadas como notícias.

Entre a aceitação de tais medidas “drásticas” para o controle social da violência, podemos destacar recente pesquisa por amostragem realizada pela Agência Nava S/B, em parceria com o IBOPE, que questionou sobre os valores do Brasileiro, cujo resultado alarmante foi apresentado no jornal *O Globo*<sup>15</sup> na seguinte manchete: “Um em cada 4 brasileiros diz que torturaria suspeito”, o que representa 26% do total de 1.400 entrevistados selecionados a partir de técnicas estatísticas, para representar o universo populacional brasileiro. Tal pesquisa, não pode causar espanto, pois evidencia a herança da formação cultural engendrada na sociedade brasileira e revela ainda a perspectiva de neutralidade que a mídia busca construir ao noticiar, sem nenhuma reflexão, traços de violência presentes na

---

<sup>14</sup> Citamos como exemplo emblemático a política de “Tolerância Zero” dos Estados Unidos da América.

<sup>15</sup> *O Globo*, 9 mar. 2008, p. 4.

população do país, como se a mesma fosse a-histórica e imune às construções consensuais da banalização da violência a que é submetida cotidianamente.

Para além de tais questões, concordamos com Mariani (1998), quando a mesma diz que o discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção de poder, atua na formação de sentidos cotidianos, organizando as leituras e direcionando o que se deve pensar. Podemos dizer que são parceiros privilegiados para garantir a reprodução da dominação de classe. Assim sendo, o que propomos é que os discursos devem ser entendidos simultaneamente como texto, interação e prática política. Ainda assim, não entendemos o leitor/intérprete como um papel em branco, e sim percebemos que o discurso jornalístico é voltado principalmente para associar-se com as memórias individuais e coletivas do seu público alvo, construindo ou revisitando representações simbólicas sobre os temas propostos pela imprensa, que influenciam, inevitavelmente, na prática política dos leitores (MARIANI, 1998).

Não estamos com isso julgando a mídia como grande a única grande vilã da generalização do fenômeno da violência, como se estivéssemos a mercê de seu enorme poder, mas apenas enfatizando sua unilateralidade. Urge entendê-la e pensar seus possíveis efeitos negativos na compreensão da realidade social. Chauí (2006) nos adverte que tais discursos reiteram o senso comum, código imediato de explicação da realidade, tornando mais fácil o convencimento do público alvo que já possui conteúdos cotidianos identificados com tais falas. Para a autora, o grande e inquietante desafio atual é disseminar a desconstrução desse discurso, sendo capaz de apresentar aos seus interlocutores as intenções presentes na entrelinhas dos textos, criando uma fala nova, capaz de exprimir idéias e práticas dissonantes, e ampliar o número de parceiros para transformação daquilo que foi criticado.

Tal situação possui uma série de desdobramentos que necessitam ser melhor elucidados, visto que os elevados níveis de violência e criminalidade que hoje vivenciamos, por si só, têm nos tolhido o exercício de várias formas de liberdade, tão caras ao discurso liberal clássico. É indubitável que as interpretações lineares que hegemonizam as falas sobre o tema, ao gerarem relações intersubjetivas capazes de intimidar pelo medo e o terror que imprimem, também acabam aprisionando os indivíduos, ou seja, privando-os de sua liberdade de interpretação do mundo.

## Referências

- BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Rio de Janeiro, Editora Revista dos Tribunais, edição 43, 2003.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre a mulher e a violência. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, n. 4, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio – o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói: Oficina do Autor e Intertexto, 2001.
- GROS, Frédéric. O conflito não é mais entre iguais. Entrevista realizada por Gabriela Laurentiis. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, ano 11, n. 132, mar. 2008. Disponível em: <[http://carosamigos.terra.com.br/nova/ed130/entrevista\\_gros.asp](http://carosamigos.terra.com.br/nova/ed130/entrevista_gros.asp)>.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marida Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922- 1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como produto social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.
- MARX, Karl. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Ática, 1989.
- MENEZES, Lená Medeiros de. Anarquistas e comunistas: aves da turbulência. In: *Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- SODRÉ, Muniz. *O social irradiado! Violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.
- TAVARES, Laura Soares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- WACQUANT, Loïc. A tentação penal na Europa. In: *Discursos Sediciosos, Crime, Direito e Sociedade*, Rio de Janeiro, Revan/ICC, ano 7, n. 11, 2002.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.